



O marxismo e as civilizações pré-colombianas

Vinícius Azevedo¹

Resumo

O presente artigo apresenta contribuições de Marx e Engels para o estudo das civilizações pré-colombianas, notadamente a inca e a asteca, tomando como subsídio as anotações, escritos e excertos de obras dos autores de referência. Como consequência, é apresentado a categoria posse comunal como substrato teórico para a investigação de outras determinantes dessas sociedades, tais como o sistema de parentesco, o dinheiro e a troca simples.

Palavras chave: Karl Marx, Friedrich Engels, Marxismo, Civilizações pré-colombianas.

El marxismo y las civilizaciones precolombinas

Resumen

El presente artículo expone los aportes de Marx y Engels al estudio de las civilizaciones precolombinas, en particular la inca y la azteca, tomando como base las notas, escritos y extractos de las obras de estos autores. Como resultado, se propone la categoría de posesión comunal como sustrato teórico para investigar otros determinantes de estas sociedades, como el sistema de parentesco, el dinero y el intercambio simple.

Palabras clave: Karl Marx, Friedrich Engels, Marxismo, Civilizaciones precolombinas.

Marxism and the pre-Columbian civilizations

Abstract

This article presents contributions by Marx and Engels to the study of pre-Columbian civilizations, notably the Inca and the Aztec, taking as a subsidy the notes, writings and excerpts of works by the reference authors. As a result, the category of communal possession is introduced as a theoretical foundation for investigating other determinants of these societies, such as kinship systems, money, and simple exchange.

Key words: Karl Marx, Friedrich Engels, Marxism, Pre-columbian civilizations.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar pela UNESP – FCLAr, com bolsa CAPES-DS. vinicius.azevedo@unesp.br

O motivo e a metodologia empregadas neste trabalho

A compreensão da gênese e o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção e reprodução social é tarefa à qual Karl Marx (1818-1883) dedicou quase toda sua vida intelectual. Em colaboração com Friedrich Engels (1820-1895), Marx elaborou, pela via da crítica da economia política, a última grande síntese teórica modernidade. Esse projeto intelectual possuía um horizonte claro: superar a era do capital, da exploração e da dominação de classe. Marx não apenas analisou o capitalismo, mas colocou sua produção teórica a serviço da transformação social, assumindo de forma inequívoca sua posição como revolucionário socialista ao lado das classes exploradas. As categorias, as determinações e as manifestações componentes da sociabilidade capitalista estão contidas no arcabouço da produção científica marxista e servem como fonte de inspiração para os pensadores até os dias atuais. De igual maneira, a recepção crítica aos seus escritos pode ser observada aos sem-número de elaborações – que, por vezes, assume caráter maledicente – em dois séculos de teoria e prática.

É recorrente a apologia de que os fundadores do socialismo científico deram pouca ou nenhuma atenção às sociedades e civilizações não-metropolitanas. O mal uso dessa ideia fez com que essa tese fosse amplamente difundida e assimilada por uma parte dos teóricos da assim chamada pós-colonialidade ou decolonialidade. No entanto, essa acusação histórica não encontra sustentação para além da detração. É sabido que Marx estava profundamente interessado, pelo menos desde a década de 1850, em temas como o colonialismo no continente americano, asiático e africano, além da investigação acerca das civilizações não-europeias e não-ocidentais. Uma tentativa incipiente de organizar os artigos, excertos e cartas de Marx e Engels sobre essas temáticas data de 1969, com a publicação de *On Colonialism*, pela Foreign Languages Publishing House, antiga editora estatal da União Soviética. Nesta coletânea, estão reunidos os escritos marx-engelsianos relativos à dominação britânica na Índia, as guerras do ópio na China, a colonização irlandesa pelo Reino Unido e questões quanto à libertação nacional.

Os recentes esforços editoriais do Estado Plurinacional da Bolívia em organizar, traduzir e publicar de modo inédito em espanhol as anotações de Marx – em títulos como *Escritos sobre la Comunidad Ancestral* (2015), *Comunidad, nacionalismos y capital* (2018) e mais recentemente *Colonialismo: Cuaderno de Londres N° XIV, 1851* (2019) – demonstram que as acusações são indevidas. Esses títulos apresentam, entre outras coisas, os comentários de Marx sobre a leitura da *História da Conquista do México* (1843) e *História da Conquista do Peru*

(1847), de William Prescott, frequentemente citados nos *Grundrisse* (1857-1858), os escritos preparatórios para *O Capital* (1857). De igual maneira, esses materiais indicam os estudos que Marx estava desenvolvendo em 1879 sobre as comunidades campesinas e as relações agrárias, contidos nas mais de 80 páginas de anotações, transcrições e comentários da obra *Obshchinnoe Zemlevladienie*², do jurista e sociólogo russo Maksim Kovalevsky. As anotações do “caderno Kovalevsky” seriam utilizadas no terceiro volume d’*O Capital* (Marx, 2015, p. 103).

No Brasil, algumas obras não foram traduzidas. Apesar disso, algumas elogiáveis iniciativas editoriais inseriram o público brasileiro nesse importante debate e caminho de pesquisa. É o caso da inexplorada compilação *Contribuição para uma história da América Latina*, organizado e com notas de Pedro Scoron e tradução de Cláudio Alberto Martins, publicado com pequena tiragem em 1982. Nessa rica coletânea, são extraídos de Marx e Engels excertos e artigos jornalísticos com temáticas relacionadas ao continente latino-americano. Partindo da América indígena e da dominação colonial, os autores percorrem marcos e eventos ocorridos na América Latina, passando pela Guerra Mexicano-Americana (1846-1848), pelas Antilhas e Guianas, e pelo Cone Sul. Mais recentemente, em julho de 2020, as editoras Aetia Editorial e Peleja publicaram, com tradução inédita no Brasil, os *Escritos sobre a Guerra Civil Americana* (1861-1865), com textos jornalísticos de Marx e Engels publicados no *New-York Daily Tribune*, *Der Sozial-Demokrat*, *Die Presse*, entre outros.

Ainda em solo brasileiro, destacamos outros dois títulos publicados pela Boitempo: *Lutas de classe na Rússia* (2013) e *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais* (2019). O primeiro, organizado por Michael Löwy, reúne os escritos de Marx e Engels sobre a Rússia ao longo de duas décadas (1875-1894), incluindo *Literatura dos refugiados*, de Engels, e *Carta à redação de Otechestvenye Zapiski*³ e *A correspondência entre Vera Ivanovna Zusulitch e Karl Marx*. A carta de Marx foi constantemente citada por Lenin para defender o uso do materialismo histórico na compreensão as circunstâncias produtivas próprias da Rússia, enquanto a correspondência à revolucionária russa marca, de acordo com Löwy, “a virada metodológica do materialismo histórico, que rompe com a perspectiva etapista” (Marx; Engels, 2013, p. 7). Já em *Marx nas margens*, o sociólogo estadunidense Kevin B. Anderson investiga a atenção colonial de Marx a Índia, Indonésia e China, a busca por emancipação nacional russa e polonesa, o conflito entre raça, classe e escravidão na Guerra Civil Americana, o nacionalismo irlandês e temas multilíneares nos *Grundrisse* e *O Capital*.

² *A propriedade comunal*, conforme Anderson (2019, p. 374).

³ *Notas patrióticas*, segundo a tradução da edição (Marx; Engels, 2013, p. 57).

Da mesma forma, em inglês (também disponível em tradução para o espanhol), o antropólogo e etnólogo estadunidense Lawrence Krader compilou algumas das anotações e estudos de Marx nos seus anos finais (1879-1882), sob título *The Ethnological notebooks of Karl Marx* (1974). No documento, consta notas acerca das obras de Henry Sumner Maine⁴, John Budd Phear, John Lubbock e Lewis Henry Morgan. A partir desse último, revela Engels no prefácio à primeira edição de *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (2019, p. 19), que a obra fora encomendada por Marx a título de testamento intelectual, para expor os resultados da pesquisa de Morgan em consonância com as suas próprias investigações. Na esteira dos escritos tardios marxianos, Anderson (2019, p. 432) afirma que nos cadernos de 1879-1882 encontram-se notas inéditas que somam mais de 300 mil palavras sobre sociedades não-ocidentais e pré-capitalistas, abarcando uma série de temas e interesses, como uma “ampla gama de sociedades e períodos históricos, incluindo a história da Índia e a cultura aldeã, o colonialismo holandês e a economia aldeã na Indonésia”, além de “padrões de gênero e parentesco entre os nativos americanos e na Grécia antiga, em Roma e na Irlanda, bem como propriedade comunal e privada na Argélia e na América Latina”.

Os esforços em organizar esses importantes escritos não-finalizados refletem o incansável trabalho do *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA 2), iniciativa editorial que visa publicar as obras completas de Marx e Engels. Dentre os escritos não-ocidentais e pré-capitalistas, destacam-se duas obras ainda não publicadas, mas com pesquisa em desenvolvimento, a saber: *Patriarchy and Property: The Ethnological Notebooks of Karl Marx* (New Haven, Yale University Press), oriundas do trabalho de David Norman Smith, e *Commune, Empire, and Class: 1879-1882 Notebooks on Non-Western and Precapitalist Societies*, textos de Marx organizados também por Smith e Anderson em parceria com Jürgen Rojahn.

O objetivo deste trabalho é revisitar alguns aportes de Marx e Engels para a compreensão das sociedades pré-colombianas, valendo-se dos volumes previamente mencionados e em outros excertos que figuram a já conhecida obra desses autores. Com isso, espera-se contribuir para a ampliação do escopo geográfico, político e social da produção marxista, recuperando interesses de pesquisa presentes nos próprios autores de referência.

Posse comunal, divisão do trabalho e sistema de parentesco

Formalmente, na investigação de qualquer sociedade ou civilização – seja ela pré-

⁴ Andrade (2025) fornece um estudo sobre a crítica do direito nos comentários de Marx a Maine.

capitalista ou não – encontramos nos livros a forma de fazer arte, a adoração divina, os ritos, costumes e hábitos que permeiam aquela determinada sociedade. Entretanto, o aspecto cultural em abstrato não é hábil para apreender o todo se tratado à parte das outras esferas sociais. Em acréscimo, teremos então a descrição da agricultura praticada, a organização política e geográfica, e a narrativa, com maior ou menor detalhe, dos trabalhos desempenhados pelos mais diversos estratos sociais. O apogeu, a crise e a derrocada dos povos são somadas a essas equações. O relato societal, no que lhe diz respeito, é inane se apartado da estrutura econômica e das categorias dela descendente. Assim, é possível investigar as civilizações nascidas dos aluviões do Tigre e do Eufrates, os mesopotâmios, os egípcios, os anatólios na Ásia Menor, os fenícios, os cartagineses, os persas e, finalmente, os gregos e os romanos. Numa perspectiva mais abrangente, mas do mesmo modo, os indianos, palestinos, chineses, japoneses e australianos são retratados.

Optamos aqui por partir de determinações simples para engendrar uma sofisticada totalidade de múltiplas determinações, na tentativa de compreender as relações gerais determinantes, caóticas e abstratas delas resultantes. Isso significa encontrar em determinada prática econômica as suas relações originárias ou, ainda, segundo Engels (2019, p. 19), buscar “a produção e reprodução da vida imediata”. Não se trata de extrair, sob a ótica da atual sociedade burguesa, as categorias desta sociedade para interpretar o desenvolvimento de outras formas de organização social. Igualmente equivocado seria apenas elencar o que era cultivado e a agricultura de modo geral, sem dar nenhuma atenção à correspondência direta com a posse da terra.

Nesse sentido, a categoria mais simples e oportuna para dispor uma unidade na diversidade é a *posse comunal*. Concordando com Engels (2019, p. 19), entendemos como posse comunal um meio de dupla natureza: é, ao mesmo tempo, o meio de provisão da vida e perpetuação do gênero humano. Nas Américas, a produção comunal atuava como meio de suprir as necessidades mediatas, não atingindo, portanto, o grau de qualidade valorativa. Sendo os objetos e as coisas dotados de existência concreta externas aos homens – e, dessa maneira, alienáveis –, a alienação mútua só é realizável se há o confronto tácito entre o objeto e sua detenção privada. Esse vínculo de estranhamento e alienação não existe em uma comunidade natural-espontânea e economicamente fechada como o Império Inca⁵ (Marx, 2017, p. 162).

⁵ Cardoso (1981, p. 101 e p. 77), afirma que o Império Inca era, na verdade, “uma espécie de enorme confederação de confederações”, enquanto o Império Asteca constituía “um mosaico de alianças, confederações, relações tributárias, implicando povos numerosos, heterogêneos e imperfeitamente submetidos – era um bloco complexo, pouco coerente e descontínuo”. A população das civilizações mesoamericanas (como os astecas e mexicas) atingia aproximadamente 20 milhões de habitantes, enquanto a civilização incaica contava com cerca de 8 milhões de

Em razão da posse comum, as mercadorias e mão-de-obra não precisavam ser vendidas, mas sim intercambiadas, sem a existência de comércio e dinheiro (Marx, 1977, p. 220). Para Marx e Engels (1982, p. 16), o intercâmbio supõe uma forma notadamente desenvolvida da divisão do trabalho – divisão esta que, por sua vez, não estava fundada no valor de troca e como categoria jurídica, tal qual nas sociedades burguesas, mas na cooperação inca, demonstrando que a divisão do trabalho não pressupõe necessariamente a troca privada (Marx, 1977, p. 59). Essa cooperação, resultante da divisão de trabalho desenvolvida e sem a existência de qualquer espécie de dinheiro, atesta que a *posse comunal* é uma determinante simples, apta a engendrar toda a multiplicidade de determinações originárias dessa mesma categoria – formas economicamente elevadas num todo ainda em vias de desenvolvimento pelo processo histórico real.

A base social em que repousa toda a construção do Império Inca e suas comunidades gentílicas estão pautados no sistema de parentesco do Peru antigo – este último, para Cunow (1929, p. 11), é o que apresenta mais precisão e amplitude entre as Américas. É justamente nas relações consanguíneas que se pode observar uma possível explicação para divisão sexual do trabalho incaica, *pari passu* à sua explicação (ou justificativa) mitológica. O Sol, pai e iluminação-mor da humanidade, compadecido com a degradação humana causada por guerras e adoração de quaisquer objetos naturais que vissem, enviou, segundo os incas, seus dois filhos, Manco Capac e Mama Oello Huaco para ensinar aos incas algumas das técnicas essenciais à manutenção da vida. Alcançando as planícies do Lago Titicaca, o par divino (ao mesmo tempo irmão e irmã, marido e esposa) seguiram até o vale de Cuzco, onde fixou residência. Ele ensinou aos homens a arte da agricultura e ela ensinou as técnicas de tecelagem e fiação às mulheres; assim, a fundou-se a cidade de Cuzco (Prescott, 1847, p. 8). Aqueles que se reuniram em torno de Cuzco e praticaram a atividade e técnica ensinadas por Manco e Mama Oello fundaram uma civilização centrada na figura humana do *Inca* – que significa “rei” em quíchua (Prescott, 1847, p. 9), língua do povo andino.

Existe, no entanto, uma relação no interior dessa ordem capaz de distinguir ou unificar diferentes laços e graus de parentesco de maior ou menor distância. Por meio do laço paterno, o grande ancestral comum a todos, chama-se *Machu* (também é o ancestral comum de todos os homens da família), enquanto a matriz materna é uma linha paralela, cujo ancestral comum é *Paya*. Todos os irmãos e irmãs de *Machu* e *Paya* são considerados avós consanguíneos: todos os parentes da linha masculina são avós de *Ego* (mulher), todos os seus filhos são seus pais, e pessoas (Ferreira, 1988, p. 36 e p. 39).

os filhos deste são todos considerados irmãos e irmãs. O grau segue com tios, primos e avós, sendo considerados irmãos não somente aqueles irmãos legítimos, mas todos os filhos dos irmãos do pai. A aproximação dos laços consanguíneos mais próximos se faz com o termo *Yumayquey yaya*, que quer dizer “o pai que me engendrou” e *Huachayquey mama*, “a que me deu a luz” (Cunow, 1929, p. 12 et seq).

A estrutura social fundamental dos astecas organizava-se em torno do *calpulli*, unidade comunitária baseada em laços residenciais que mantinha direitos coletivos da terra e possuía sua própria estrutura organizacional, abrangendo funções administrativas, judiciárias, militares e fiscais (Cardoso, 1981, p. 77). Por outro lado, a forma social mínima correspondente a organização inca era o *ayllu*, que reunia os indivíduos com ascendência sanguínea comum ou de mesma origem geográfica. Nessa forma de organização familiar, a posse do solo e do gado era comunitária, estando os bens necessários para subsistência sob a responsabilidade dos próprios membros dos assentamentos *ayllu*, que deviam prover a manutenção das suas necessidades básicas. Não há certo tipo de independência econômica entre as famílias – estas constituíam apenas parcelas subordinadas a uma comunidade mais ampla de famílias. Essa forma primeva de união não se pautava na unidade jurídica e econômica entre pessoas de sexos diferentes, como ocorre na sua forma moderna nas sociedades burguesas. A posse comum expressa-se como uma relação dominante tanto nos encadeamentos da economia natural inca e da unidade social-familiar mínima *ayllu*, assim como no *calpulli* asteca, fazendo assim com que, como afirma Engels (2019, p. 19), essas constituíam condições que produziam simultaneamente o desenvolvimento do trabalho e da família.

O “dinheiro” e a troca

O questionamento que se coloca agora, dado o entendimento sobre a posse comunal, recai justamente àquilo que, num primeiro momento, parece paradoxal: abundantes em metais “preciosos” como ouro e prata, como explicar a ausência de sua cunhagem como moeda nas civilizações inca e asteca? Ora, vejamos: o que faz o ouro e a prata *serem* dinheiro? Não existe nenhuma determinação formal que faça com que algo encontrado na natureza ganhe condição de medida da relação entre indivíduos, ou que estabeleça diferenciação entre sua existência natural e monetária. Igualmente, ser dinheiro não é uma atribuição natural para os metais. Ouro e prata *não são*, portanto, dinheiro por excelência, mas adquirem essa condição a partir da cunhagem – uma vez que, a natureza não produz dinheiro, assim como não produz lastro ou a taxa de câmbio (Marx, 2011, p. 157). Esses metais, de natureza corpórea externa aos homens,

tinham valor como qualidade primeira para os colonizadores da América, mas não para seus povos originários.

Não se utilizava esses metais como dinheiro nas civilizações onde hoje estão localizados o Peru e o México; ali, ouro e prata eram empregados apenas para fins ornamentais (Marx, 1982, p. 15). Para os incas, o ouro era considerado “as lágrimas derramadas pelo sol” (Prescott, s.d., p. 106), mas em suas transações comerciais utilizavam objetos que funcionavam como moeda de troca. Entre esses itens estavam o *mullu* (ou *chaquira*), conchas marinhas usadas como amuletos e em rituais fúnebres; folhas de coca, que ajudavam a aliviar os efeitos da altitude e amenizar a fome, frio e fadiga; e a pimenta-aji, empregada tanto para fins medicinais quanto cerimoniais. O maior avanço econômico, porém, veio com as *hachitas* de cobre, que representavam o sistema de troca mais desenvolvido da civilização inca – característica que, posteriormente, facilitaria a substituição por moedas metálicas espanholas (Martins, 2001, p. 19-32). Já as civilizações nascidas em solo mexicano tinham uma forma de moeda com diferentes valores, composto por “raques transparentes de pó de ouro; em pedacinhos de estanho cortados em forma de um T; e em saquinhos de cacau contendo um número específico de grãos” (Prescott, 1843, p. 52; Marx, 2011, p. 596). Assim, quando os colonizadores espanhóis avistaram a abundância de metais preciosos e posteriormente inseriram no continente americano o *valor* do ouro e da prata, notaram que era necessário cunhar e pesar esses metais em formato de moeda. A pesagem era feita para pagamentos com certa importância e, nesses casos, o processo se facilitava, já que a moeda era ainda de prata pura; assim, “no México encontramos dinheiro, mas nenhum peso; no Peru, pesos, mas nenhum dinheiro” (Marx, 2011, p. 598).

Não sendo o ouro e a prata espontaneamente dinheiro (tanto para a natureza quanto para as civilizações do Peru e do México), atentemos, por conseguinte, ao que tinha valor de dinheiro para os mesoamericanos: o pó de ouro, pedaços de estanho e saquinhos com grãos de cacau. O primeiro, “lágrima do sol” pulverizada, cara à vida dos nativos e régua das relações e interesses europeus; com os metais usados como ornamento, o estanho ratifica que estas civilizações já conheciam o trabalho com metais, exceto o ferro, o que fazia com que as ferramentas, armas e utensílios não tenham o ferro fundido como princípio, mas o trabalho lítico, conforme assevera Engels (2019, p. 33); por fim, o cacau em grãos, que merece destaque pelas determinantes que o compõe.

O cacau como moeda, para a civilização asteca, tinha entre suas qualidades a provisão da vida, a oferta divina, para além de um certo tipo de valor de uso. Como alimento, cacau era matéria-prima para a bebida quente asteca *xocoatl*; já para os maias, esse mesmo composto de

cacau transformava-se numa oferenda aos deuses. Para todos, o cacau satisfazia necessidades, sejam da vida humana ou do culto divino. O dinheiro da civilização asteca era consumível por si só e simbolizava o insumo extraído do trabalho comum na terra de posse comunitária – a agricultura aplicada e ofertada aos deuses, saciada pelos homens. Pedro Mártir, historiador da conquista e autor de *De Orbe Novo*⁶, exclama: “oh, feliz dinheiro”, e prossegue “[...] que proporciona à humanidade uma bebida doce e proveitosa, mantendo seus possuidores a salvo do pernicioso hábito da cobiça, já que não pode ser enterrado nem conservado por muito tempo” (Marx, 2011, p. 635). Diferente do ouro e da prata, o dinheiro indígena nascia de uma árvore como resultado da cultura da terra comunal e, por consequência, não podia ser conservado por longo tempo.

Ao tomarmos a troca como a forma de valor mais simples, e sendo o dinheiro asteca expressão dessas características, vê-se que é da prática do escambo que nasce a forma mais elementar da troca, já dotado de medida valorativa. Como categoria econômica primeva, a troca simples enclausura relações observáveis entre diversas civilizações, sobretudo nas nações comerciais do circuito da Rota da Seda, não somente nas pré-colombianas. Contudo, a troca só atinge o ápice de seu desenvolvimento quando é dissolvida ante a sociedade burguesa, isto é, na emergência das modernas estruturas de Estado. A despeito da categoria mais simples ter surgido antes de sua representação mais concreta, em meio a um sistema monetário ainda não aperfeiçoado, ela apresentou, como defende Marx (1977, p. 221), “no seu completo desenvolvimento – em compreensão e extensão – precisamente a uma forma de sociedade complexa”; em contrapartida, “a categoria mais concreta se achava já completamente desenvolvida” em um tipo de sociedade com progresso atravessado pela conquista europeia.

Considerações finais

Propomos aqui um contraponto à noção que considera os criadores do socialismo científico incapazes de estabelecer ou renovar investigações sobre civilizações não ocidentais e/ou não europeias. Escolhemos rebater essas críticas e impressões investigando os escritos deixados por Marx e Engels para lançar mão de uma interpretação dos povos pré-colombianos, com enfoque nas civilizações inca e asteca. Contrapomos a caracterização *contemplativa* e sem *movimento* com o rigor das categorias e metodologia próprias da perspectiva materialista e dialética de inspiração marxista.

⁶ *Sobre o Novo Mundo*, publicado em 1530.

Nessa direção, tomamos como ponto de partida a mais simples das categorias – a posse comunal – para, por meio dela, anatomizar uma série de relações e fundamentos descendentes dessa categoria simples. Ao fim, o todo caótico se mostrou como uma rede de complexos, síntese de determinações em constante associação, donde as relações de parentesco, cooperação e existência (ou não) de dinheiro e a troca – em suma, a reprodução da vida – derivam da forma como a vida é produzida. Evitamos com isso incorrer na leitura etapista recorrente nas leituras mecanizadas do marxismo, em que dada sociedade é mais ou menos “adiantada” ou “desenvolvida” em comparação a outra sociedade.

Nossos esforços iniciais indicam a existência de encadeamentos teóricos que podem enriquecer essa investigação: examinar povos distintos que coexistem sob condições naturais semelhantes, mas desenvolvem formas de trabalho, técnicas e relações diferentes; a divisão sexual do trabalho e a estrutura de parentesco relacionando-se tanto com a divisão de classes (em sua dimensão econômica) quanto com o domínio patriarcal (em sua dimensão sociopolítica). Como desdobramento, a linguagem e os sistemas de parentesco das sociedades sem Estado emergem como componentes que permeiam essas determinações, sugerindo novas linhas de pesquisa.

Referências

ANDERSON, K. B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDRADE, A. C. M. A crítica ao direito nos “assim chamados” Cadernos Etnológicos de Karl Marx: os comentários a Henry Sumner Maine. **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 29, n. 1, p. 465-492; jan./jun., 2024.

CARDOSO, C. F. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CUNOW, H. **El sistema de parentesco peruano y las comunidades gentilicias de los incas**. Biblioteca de Antropología Peruana, v. 1. Paris: J.A. Encinas e J.A. Jimenez, 1929.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

FERREIRA, J. L. **Incás e Astecas: culturas pré-colombianas**. São Paulo: Ática, 1988.

MARTINS, C. B. **O papel do “dinheiro primitivo” na economia Inca**. 2001. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Contribuição para uma história da América Latina**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, K. **Escritos sobre la Comunidad Ancestral**. La Paz, Bolívia: Fondo Editorial y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

PRESCOTT, W. H. **History of the conquest of Mexico** [1843]. Disponível em: <https://bit.ly/31PD01B>. Acesso em 22 jul. 2025.

PRESCOTT, W. H. **History of the conquest of Peru**: with a Preliminary View of the Civilization of the Incas [1847]. Vol. I & II. New York: Barnes & Noble World Digital Library, [s.d.].